

Relações externas Fórmula dos países ricos afetaria saldo comercial

PIB cresceria mais com um corte maior de tarifas na OMC

Raquel Landim
De São Paulo

A proposta dos países ricos para corte das tarifas industriais resultaria em crescimento bem modesto da economia brasileira, mas mesmo assim seria maior do que o obtido se for aceita a oferta do Brasil, que prevê corte menor de tarifas. O Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceria 0,06% pela proposta dos ricos e 0,02% pela oferta que havia sido colocada na mesa informalmente pelo Brasil. A abertura mais agressiva defendida por Estados Unidos e União Européia baixaria os preços ao consumidor no Brasil e aumentaria o investimento, mas provocaria queda do saldo comercial.

Essas são as conclusões de um amplo estudo da Fundação Getúlio Vargas, financiado pela GV Pesquisa, e obtido com exclusividade pelo Valor. Apesar de pequenos, os resultados indicam que a liberalização multilateral apenas de bens industriais poderia ser benéfica para a economia brasileira. Os professores da FGV Samir Cury, Sergio Goldbaum, Maria Lúcia Pádua Lima e o consultor associado Alessandro Mori Coelho calcularam os impactos macroeconômicos das negociações de bens industriais da OMC para Brasil, Argentina, China, Estados Unidos e União Européia. Eventuais cortes de tarifas agrícolas não fazem parte do estudo.

O estudo da FGV traça três cenários. Para todos, é utilizada a fórmula Suíça, que corta mais as tarifas mais altas e é quase um consenso entre os países da OMC. O cenário mais agressivo utiliza o coeficiente 15, defendido pelos países ricos. O mais protecionista considera o coeficiente 30, proposta que havia sido informalmente apresentada pelo Brasil e que já foi aceita pela indústria nacional. O intermediário trabalha com dois coeficientes, 10 para os países ricos e 20 para os países em desenvolvimento. Segundo a professora Ma-

ria Lúcia Pádua Lima, as hipóteses foram baseadas no rascunho do acordo feito pelo diretor-geral da OMC, Pascal Lamy.

O levantamento demonstra que quanto maior a abertura da economia, maior é o crescimento do PIB brasileiro, embora as mudanças sejam modestas. De acordo com o professor Samir Cury, é natural que os efeitos sejam pequenos, já que a estrutura dos fatores de produção do país não mudam após a Rodada. Nesse caso, os impactos setoriais são mais expressivos (ver matéria abaixo).

Também fica evidente que quanto maior a abertura, maior é a deflação. Os preços ao consumidor caem 0,42% no cenário protecionista (coeficiente 30), 0,64% no intermediário (dois coeficientes) e 0,82% no agressivo (coeficiente 15). "Com a queda das tarifas, a importação fica mais barata no mundo todo e há uma queda do preço doméstico", explica Cury. A taxa de investimento também responde aos cortes das tarifas industriais. No cenário mais protecionista, a alta do investimento é de apenas 0,09%. Na hipótese intermediária, sobe 0,39%, e, na mais agressiva, cresce 0,89%.

A corrente do comércio cresce 5% se houver um corte expressivo das tarifas industriais brasileiras, só que as importações aumentam 3%, mais do que as exportações, que sobem 2,63%, reduzindo o saldo. Os coeficientes mistos suavizam esse impacto. Resultam em um aumento menor da corrente de comércio, mas exportações e importações crescem idênticos 1,9%. No cenário mais conservador, o Brasil conseguiria até elevar o superávit.

Entre os países e regiões analisadas, a China é que mais ganha com a negociação multilateral. O professor Sergio Goldbaum lembra que o PIB do país é o que mais cresce em qualquer hipótese. Na fórmula agressiva, a economia chinesa ganha 0,16% e, na defensiva,

O impacto da Rodada Doha

Mudanças nas variáveis macroeconômicas dos países e das regiões após cortes das tarifas industriais na OMC — em %

	Brasil			Argentina			China			Estados Unidos			União Européia		
	Suíça 15	Suíça 30	Suíça 20-10	Suíça 15	Suíça 30	Suíça 20-10	Suíça 15	Suíça 30	Suíça 20-10	Suíça 15	Suíça 30	Suíça 20-10	Suíça 15	Suíça 30	Suíça 20-10
PIB real	0,06	0,02	0,04	0,02	0,01	0,02	0,16	0,11	0,16	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
Investimento	0,89	0,09	0,39	0,60	0,17	0,43	0,45	0,31	0,39	0,00	0,01	0,01	-0,03	-0,02	-0,05
Exportações	2,63	1,11	1,94	0,99	0,29	0,67	2,56	1,67	2,21	1,35	0,82	1,33	0,19	0,08	0,19
Importações	3,05	0,95	1,96	1,44	0,33	0,99	3,63	2,41	3,16	0,88	0,56	0,89	0,16	0,06	0,12
Consumo real	-0,02	0,01	0,00	-0,03	-0,02	-0,02	0,08	0,06	0,09	0,00	0,01	0,01	0,00	-0,01	0,00
Índice de preços ao consumidor	-0,82	-0,42	-0,64	-0,84	-0,39	-0,62	-0,11	-0,02	-0,01	-0,11	-0,06	-0,11	-0,03	-0,04	-0,11

Ganhadores e perdedores

Varição da produção dos setores que mais se beneficiam e que mais são prejudicados no Brasil — em %

Suíça 15		Suíça 30		Suíça 20-10	
Automóveis e autopeças	-5,05	Automóveis e autopeças	-4,21	Automóveis e autopeças	-4,9
Têxteis	-1,61	Outros equip de transporte	-0,53	Móveis	-0,88
Outros equipamentos de transporte	-1,29	Móveis	-0,42	Outros equip de transporte	-0,82
Metalurgia de produtos ferrosos	-1,26	Vestuário	-0,41	Produtos químicos	-0,79
Produtos químicos	-1,12	Produtos químicos	-0,39	Têxteis	-0,77
Móveis	-1,12	Têxteis	-0,08	Metalurgia de produtos ferrosos	-0,72
Vestuário	-0,96	Serviços financeiros	-0,07	Vestuário	-0,70
Derivados de carne	1,07	Produtos de madeira	0,46	Produto de madeira	0,81
Produtos de couro e calçados	1,09	Derivados de carne	0,55	Derivados de carne	0,82
Equipamentos eletrônicos	1,15	Equipamentos eletrônicos	0,57	Equipamentos eletrônicos	0,84
Produtos de madeira	1,16	Transporte marítimo	0,59	Transporte marítimo	0,94
Transporte marítimo	1,20	Máquinas e equipamentos	0,62	Produtos de metais não ferrosos	1,24
Produtos de metais não ferrosos	1,28	Produtos de metais não ferrosos	0,91	Produtos de couro e calçados	1,31

Fonte: FGV

0,11%. Com a abertura da economia, os preços domésticos também tendem a cair na China, aumentando o consumo das famílias, favorecendo a economia.

Apesar de ser o chão de fábrica do mundo, a China também terá perdas de saldo da balança comercial em qualquer hipótese de abertura. Na mais agressiva, as exportações crescem 2,5%, e as importações, 3,6%. Esse efeito ocorre porque as tarifas dos países ricos, que compram a maior parte dos produtos chineses, são tradicionalmente mais baixas, porque essas nações reduziram fortemente suas tarifas industriais em rodadas comerciais anteriores a Doha.

Os Estados Unidos são o país que mais tende a ganhar em termos de saldo comercial com a queda das tarifas industriais na Rodada Doha, o que pode ajudar a reduzir o seu brutal déficit comercial. Com a abertura dos mercados emergentes, protegidos hoje com tarifas mais altas, os produtos americanos tendem a ganhar competitividade e suas exportações podem aumentar 1,35% na hipótese mais liberalizante, enquanto suas importações sobem 0,88%.

Já a União Européia praticamente não ganha nada na rodada. O aumento do PIB é nulo e seu crescimento do comércio tende a ser insignificante. Para Cury, isso ajuda a explicar a falta de interesse dos europeus nas negociações. Ao contrário do Brasil, a Argentina, sócia do país no Mercosul, não tem muito a ganhar com a abertura de produtos industriais na Rodada Doha. O crescimento do PIB é irrelevante e o país perde saldo de balança comercial em qualquer hipótese. As exportações argentinas estão ainda mais concentradas em

produtos agrícolas do que o Brasil, o que ajuda a explicar a diferença.

Para realizar o estudo, os autores adaptaram um modelo de equilíbrio geral chamado Global Trade Analysis Project (Gtap). As tarifas dos vários países e regiões foram obtidas no banco de dados mantido por OMC, Unctad e o Centro de Estudos Prospectivos de Informações Internacionais, da França. Esse banco de dados inclui os acordos preferenciais de comércio e transforma tarifas específicas e cotas em tarifas ad-valorem. De acordo com o consultor Alessandro Mori Coelho, parte da originalidade do estudo decorre do fato de que são analisadas as reduções das tarifas em termos bilaterais, para posteriormente agregar os resultados. O estudo não considera o fator tempo. São efeitos matemáticos instantâneos da abertura. Com o tempo, a tendência é que esses efeitos sejam maximizados.

Ipsis Literis

A chamada fórmula suíça é uma conta de redução tarifária não-linear, que aplica proporcionalmente maiores reduções às alíquotas mais altas. O coeficiente da fórmula suíça também estabelece a alíquota máxima possível. Os países ricos defendem a fórmula com o coeficiente 15, enquanto o Brasil chegou a colocar na mesa de negociação (embora não oficialmente) o coeficiente 30, que acabou retirada na atual conferência ministerial de Hong Kong. No Brasil, causou polêmica, recentemente, a defesa, pelo Ministério da Fazenda, da adoção do coeficiente 15, que é o defendido pelos países ricos.